



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DA BARQUINHA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº05/2013

----ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DA BARQUINHA, EM SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA AOS VINTE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE. -----

-----Aos vinte dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e treze, pelas vinte horas e trinta minutos reuniram, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Nova da Barquinha, sob a presidência do Senhor Rui Monteiro Picciochi, tendo como primeiro secretário o Senhor João Manuel Alves Gralha e segundo secretário o Senhor Inocêncio Rodrigues Cruz, convocada nos termos do nº1, do artigo 27º, da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro, conforme anúncio público afixado por Edital, quatro de Dezembro de dois mil e treze, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----Ponto um - Expediente, informações e aprovação da ata; -----

-----Ponto dois – Informação escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara ao abrigo da alínea c), do nº2, do artº 25º, da lei nº75/2013, de 12 de Setembro; -----

-----Ponto três – Autorização prévia genérica para os compromissos Plurianuais; -----

-----Ponto quatro – Discussão e Aprovação da proposta de celebração de contratos de delegação de competências com as Juntas de Freguesia do Concelho; -----

-----Ponto cinco – Prorrogação de prazo – Procedimento Concursal

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Comum, OE 2013; -----
- Ponto seis – Designação do fiscal único para o CDN; -----
- Ponto sete – Declaração de Interesse Público Municipal da Empreitada de Construção do Sistema Intercetor, Águas Residuais e Etar da Praia do Ribatejo; -----
- Ponto oito - Discussão e Aprovação dos Documentos Previsionais de Gestão para 2014 – Orçamento, Grandes Opções do Plano; -----
- Ponto nove - Eleições para diversas Entidades: -----
- Representante das Juntas de Freguesia e seu substituto na Assembleia Distrital nos termos da alínea b), do art.2º, do Decreto-Lei 5/91 de 8 de Janeiro;-----
 - Representante das Juntas de Freguesia e seu substituto no Conselho Cinegético nos termos da alínea e), do nº 2, do art.157º, do Decreto-Lei 202/2004 de 18 de Agosto; -----
 - Representante das Juntas de Freguesia e seu substituto na Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, nos termos da alínea b), do nº1, do art.º 3º-D, do Decreto-Lei 17/2009 de 14 de Janeiro; -----
 - Representante para a Comissão Concelhia de Saúde nos termos da alínea f), do nº1, do art.º 12º, do Decreto-lei 335/93, de 29 de Setembro; -----
 - Representante para o Conselho da Comunidade – ACES Médio Tejo, nos termos da alínea b), do nº1, do art.º 31º, do Decreto-Lei nº28/2008, de 22 de Fevereiro; -----
 - Representante das Juntas de Freguesia e seu substituto para o Conselho Municipal de Segurança, nos termos da alínea d), do nº1, do art.º 5º, da Lei 33/98, de 18 de Julho; -----
 - 3 cidadãos para integrarem o Conselho Municipal de Segurança. Nos termos da alínea j), do nº1, do art.º 5º, da lei 33/98, de 18 de Julho; ----
 - Representante para a Comissão Mista de Acompanhamento do PDM,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nos termos da alínea c), do n.º 1, do art.º 7º, da portaria 1474/07, de 16 de Novembro; -----

- 4 representantes para a CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, nos termos da alínea l), do art.º 17º, da Lei 147/99, de 1 de Setembro; -----

- Comissão Permanente, nos termos da alínea c), do n.º 1, do art.º 26º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro; -----

- Comissão de revisão do Regimento da Assembleia Municipal; -----

Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes deputados da Assembleia Municipal, Senhores. -----

-----Rui Monteiro Picciochi; -----

-----João Manuel Alves Gralha; -----

-----Paulo Fernando da Graça Constantino; -----

-----José Maria Chambel Esteves; -----

-----José Pereira de Sousa; -----

-----César Augusto da Silva Barros Cardigos; -----

-----Inocência Rodrigues Cruz; -----

-----Manuel Maria Pequito Cardoso; -----

-----Vitorino Gomes Monteiro; -----

-----João Fernando Mexia Machado; -----

-----Manuel Maria Ferreira Honório; -----

-----José Miguel Baptista Homem; -----

-----Benjamim dos Santos Abalada Reis; -----

-----Nuno Miguel Reis Marques Sousa Gomes; -----

-----Anabela Pereira Cardoso Queiroz; -----

-----Eduardo Cristóvão Gil de Oliveira; -----

-----Paula Alexandra Vieira Duarte; -----

-----David Valente Antunes; -----

-----Manuel de Oliveira; -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Nos termos do art.º 48º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, esteve presente o Senhor Presidente da Câmara, Fernando Manuel dos Santos Freire, os Senhores Vereadores Rui Constantino Martins, Ricardo Manuel Ramalhete Honório, Rosa Maria Claudino Fernandes Garrett e Luís Manuel dos Santos Valente. -----

Após confirmar a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão. Após apresentar as boas vindas ao executivo camarário informou que o Senhor Deputado João Filipe Ricardo solicitou suspensão do mandato na Assembleia Municipal, tendo sido convocado o cidadão imediatamente a seguir na lista da CDU, o Senhor David Valente Antunes, nos termos legais e regimentais. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia solicitou um minuto de silêncio em memória de Nelson Mandela;** -----

----- **EXPEDIENTE** ----- (Vide anexo 1)

Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia para dar conhecimento de algum expediente recebido, que passou a ler: -----

- Ofício da Câmara Municipal a nomear os funcionários que dão apoio à Assembleia Municipal, são eles, Paula Canhoto, António Rodrigues e Sara Courinha. -----

- Mail do Instituto Politécnico de Tomar, acerca do orçamento de restauro da carta régia, questão levantada pelo Município Carlos Dias. --

- Documento com a relação do Serviços de Finanças a encerrar por distrito, onde não consta que o Serviço de Finanças de Vila Nova da Barquinha encerrará. -----

O Senhor Presidente da Assembleia informou os Senhores Deputados da Assembleia que caso queiram cartão de identificação como membros da Assembleia Municipal, devem entregar uma fotografia. -----

----- **APROVAÇÃO DA ACTA** -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu à apreciação a ata número quatro, da reunião de treze de Setembro de dois mil e treze, cujo texto foi previamente distribuído a todos os membros deste órgão deliberativo. -----

----- **Não havendo intervenções por parte dos Senhores Deputados, foi submetida à votação o projeto de ata número quatro, da reunião realizada a treze de Setembro de dois mil e treze, a qual foi aprovada por maioria, com treze abstenções dos Senhores Deputados Manuel de Oliveira do CDS, Paula Duarte, David Valente da CDU, Anabela Queiroz, Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes do PPD/PSD e João Machado, Benjamim Reis, Manuel Honório, Vitorino Monteiro, José Sousa, César Barros, Miguel Homem do PS.**-----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

Apos as inscrições para o período antes da ordem do dia, registaram-se as seguintes intervenções por parte dos Senhores Deputados da Assembleia Municipal: -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira** – “Boa noite, aproveita esta oportunidade para desejar a todos um Bom Natal e que dois mil e catorze não seja tão mau como alguns auguram. Manifesto a minha boa disposição quanto ao início destes trabalhos, nomeadamente, quanto à indicação que as Finanças de Vila Nova da Barquinha não vão encerrar; -----

- Não queria deixar de referir que há dias fiz o trajeto Tancos/ Roda e após muitos anos, vi o que não era difícil fazer, e já foi feito, o taparem os buracos enormes que havia na referida estrada; ainda hoje, estive no chamado outeiro da Moita do Norte onde se situa a escola primária número dois. Esta escola foi construída há muitos anos pelo povo de Moita do Norte, pois na altura quem queria aprender algumas palavras

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tinha de se deslocar à Atalaia. Então, o povo resolveu com o seu bairrismo, construir uma escola. A escola foi construída, muitos e muitos aprenderam lá as primeiras letras e devo dizer com muita tristeza, que vejo que a referida escola está a ficar abandonada e que brevemente se não for tratada será mais um mono que ali fica. As telhas estão despedagadas e as infiltrações rapidamente irão tomar conta do edifício. Gostaria que a Câmara ou a Junta de Freguesia tomassem uma posição e a protegessem com uns plásticos, caso não haja financiamento;-----

Gostaria de saber qual o ponto de situação dos portões no Parque Ribeirinho; -----

Relativamente à escultura à entrada do castelo de Almourol, gostaria de saber os custos, e qual a justificação para esta obra.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado David Valente** - “Boa noite a todos. É com grande honra que desempenho as funções de Deputado da Assembleia Municipal pela primeira vez; -----

- É com agrado que oiço que as Finanças de Vila Nova da Barquinha, não vão encerrar, mas é com grande tristeza, saber que vão encerrar postos de Finanças nos concelhos vizinhos; -----

-De seguida leu uma declaração política cujo nome “Se a hipocrisia pagasse imposto”. **(Vide anexo 2)** -----

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara esclareceu os Senhores Deputados do seguinte: -----

“Boa noite a todos. Em primeiro lugar congratular-me por estar numa casa onde a partilha da democracia e do contraditório é fundamental. Estamos aqui todos com o espírito de mais-valia e por uma terra mais solidária; -----

- **Escola Primária de Moita do Norte** - Tivemos oportunidade de falar pessoalmente e tem toda a razão. Vamos ver o que podemos fazer com a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

escola, pois é um dever de qualquer autarca, preocupar-se com a preservação do património municipal; -----

- **Portões Parque Ribeirinho** – é um projeto que vem já do anterior mandato. Em termos de programa político eu prometi aos munícipes que faria uma mudança. Tem a ver com uma limitação de acesso ao parque em horas noturnas. Em muitos sítios isso já acontece, tal como no Entroncamento em que há limite de acesso. Aqui vamos tentar arranjar uma solução, ainda não temos nada definido em relação à limitação de acesso a partir de uma determinada hora da noite. O objetivo não é limitar, mas sim determinar a proibição de algumas pessoas dentro do parque em horas impróprias; -----

- **Escultura Castelo de Almourol** – Também é um projeto que vem do anterior mandato, no âmbito do Parque de Esculturas Contemporânea e tem a ver com uma escultura do escultor Rui Sanches, cujo valor é de quarenta mil euros, com a comparticipação de oitenta e cinco por cento de fundos comunitários.” -----

----**Ponto dois – Informação escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara ao abrigo da alínea c) do n.º2, do art.º 25º, da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro.** -----

Foi concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar a informação da atividade municipal ao abrigo da alínea c), do número dois, do artigo vinte e cinco, da Lei número setenta e cinco de doze de Setembro de dois mil e treze. – **(vide anexo 3)** -----

Nesta altura o Senhor Presidente da Câmara convidou todos os presentes a irem à Igreja da Atalaia, para assistirem a um concerto de Natal do Grupo Coral de Tancos e Ensemble Almourol. -----

Informou que a universidade sénior, formação ocupacional sénior com setenta e um inscitos, necessita de formadores, e apelando ao espírito de natal, solicitou que disponibilizassem uma hora por semana para

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dar apoio, na área da formação. -----

Foi concedida a palavra aos Senhores Deputados a fim de solicitar os seguintes esclarecimentos: -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira** – “Gostei de ouvir esta descrição muito completa da atividade da Câmara nestes meses. Gostaria de saber qual a razão do processo número um continuar a vir mencionado na lista dos processos judiciais uma vez que menciona que está findo e se a Câmara tem ou não tudo liquidado com este Senhor. Relativamente ao processo número treze, da Alpeso, se a Câmara já pagou como estava previsto vir dinheiro do PAEL, o porquê de continuar a vir na listagem.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado David Valente** – “Questiono se nos mapas financeiros em anexo à informação escrita, não falta o documento emitido pela Direção Geral das Autarquias Locais, relativo aos pagamentos em atraso do Município.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes** – “Boa noite. Começo por desejar Feliz Natal e um bom ano de dois mil e catorze a todos os presentes e respetivas famílias. Congratular-me, pois não era hábito na última vez que estive na Assembleia, há uns anos atrás, da documentação vir com tanta antecedência, desta vez veio a tempo e horas. -----

Em relação aos processos pendentes está um, de cento e cinco mil euros da empresa Pensamento Original Unipessoal, pelo que gostaria de saber a que se refere este valor e se está orçamentado para dois mil e catorze, no caso de Câmara Municipal perder a ação.” -----

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara esclareceu os Senhores Deputados do seguinte: -----

“Relativamente ao processo número um, dos processos judiciais em curso, informo que o mesmo está findo e vou informar os serviços para

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que o mesmo seja retirado. -----

- Quanto ao processo número treze, tem a ver essencialmente com trabalhos a mais do qual não concordamos, ou seja, há aqui um conflito de petições jurídicas entre ambas as partes e neste momento não há acordo. Está tudo em tribunal, vão ser verificados os fatos revelados pelo respetivo processo e os peritos averiguarem até que ponto aqueles trabalhos a mais são uma realidade. -----

- Em relação ao processo dezanove este têm a ver com uma firma que fez um trabalho para o Centro Escolar, e o qual a Câmara considera que não foi prestado, o que deu origem ao conflito existente. -Relativamente à questão do Senhor Deputado David Valente esta tem a ver essencialmente com a prestação de contas e vão ser apresentados quando da aprovação da prestação de contas.” -----

O Senhor Deputado **Eduardo de Oliveira** solicitou a palavra e referiu o seguinte acerca do processo judicial número treze: “O Município numa determinada altura, deu a ideia que aceita o pagamento, porque a Câmara dizia que o atraso devia-se ao fato de estar à espera de pagamento do PAEL.” -----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu o seguinte ao solicitado:

“Há aqui um conflito, houve pagamentos à empresa, o que está em litigância é se houve trabalhos a mais ou não.” -----

-----Ponto três – Autorização prévia genérica para os compromissos Plurianuais. -----

Foi concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o ponto três: -----

O Senhor **Presidente da Câmara** informou que é um processo que já é recorrente de anos anteriores, relativamente a compromissos assumidos que transitam de anos anteriores. O que solicito a esta assembleia é que quando os encargos chegam aos noventa e nove mil euros, em cada um

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dos anos económicos, concedam a devida autorização para proceder ao respetivo pagamento, sabendo que todos estes processos vêm sempre a Assembleia Municipal para ratificação. -----

Para intervir neste ponto inscreveu-se a Senhora Deputada Paula Duarte. -----

“Boa noite a todos. Ouvindo as palavras do Senhor Presidente percebi, que esta autorização prévia já é uma prática de outros anos. Assim, gostaria de saber se há algum compromisso assumido desde a última sessão da assembleia de treze de setembro, até ao dia de hoje.” -----

O Senhor **Presidente da Câmara** esclareceu a Senhora Deputada do seguinte: -----

“Se houvesse algum compromisso assumido desde treze de setembro ela teria de vir à Assembleia Municipal sob pena de anulabilidade do ato. A Administração Pública está sujeita ao princípio da transparência e da própria fiscalização, se não for assim é inválido. Há uma preocupação por parte dos serviços de quando isso acontecer, ser presente à Assembleia, não há omissão. -----

Tendo sido colocada à votação o pedido de autorização prévia genérica para os compromissos plurianuais, esta foi aprovada por unanimidade, com 19 votos a favor dos Senhores Deputados Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes e Anabela Queiroz do PPD/PSD, Paula Duarte e David Valente da CDU, Manuel de Oliveira do CDS e Rui Monteiro Picciochi, João Alves Gralha, Paulo Constantino, José Chambel, José Pereira de Sousa, César Barros Cardigos, Inocêncio Cruz, Manuel Cardoso, Vitorino Monteiro, Benjamim Reis, João Fernando Machado, Miguel Homem e Manuel Honório do PS. -----

-----**Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos.** -----

-----**Ponto quatro – Manutenção dos Protocolos de delegação de**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

competências com as Juntas de Freguesia celebrados no anterior mandato autárquico até à aprovação dos contratos interadministrativos e dos acordos de execução previstos na lei nº75/2013, de 12 de Setembro. -----

Foi concedida a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o ponto quatro: -----

“Na sequência da publicação da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze possibilita fazer uma reconfiguração legal em termos de ordenamento jurídico de tudo aquilo que vinha do antecedente, nomeadamente os protocolos com as Juntas de Freguesia que deixam de existir, passando a contratos de execução ou contratos interadministrativos. O Legislador à cautela, porque são instrumentos novos jurídicos, nomeadamente tem a ver também com algumas competências delegadas nas Juntas de Freguesia que o regime prevê, deixou um prazo de seis meses para a administração local se adaptar a esta nova estrutura jurídica. Tenho conhecimento que nas outras Câmara Municipais está a acontecer isto, a prorrogação dos protocolos, e a Lei permite que eles sejam prorrogados até ao limite de cento e oitenta dias, seis meses, o que significa que na próxima assembleia municipal teremos aqui os contratos de delegação de poderes. -----

Isto passa também pelas novas competências das Juntas de Freguesia e gostava de alertar quanto à questão de a partir deste momento haver os respetivos relatórios das juntas de freguesia sobre a delegação de competências, que terão de apresentar. -----

A minha proposta vai no sentido de evitar vazios legislativos, ou seja, as juntas têm de continuar a trabalhar, assim, solicito a prorrogação até à próxima sessão da Assembleia Municipal.”-----

Para intervir neste ponto inscreveu-se o Senhor Deputado Eduardo de Oliveira. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“Algumas dúvidas já foram esclarecidas pelo Senhor Presidente, mas relembro uma situação: quando estes protocolos foram elaborados e apresentados à assembleia, eu nessa altura tive a oportunidade de manifestar algumas opiniões sobre os protocolos e acabei, na altura, por me abster, e é isso que vou fazer hoje. Não teria outra justificação para a minha posição. -----

Só por curiosidade vou lembrar que contrariamente ao que veio aqui, do consentimento dos atuais presidentes na documentação que me foi entregue esse consentimento não consta.” -----

O Senhor **Presidente da Câmara** informou o Senhor Deputado Eduardo de Oliveira que lhe fará chegar, com todo o gosto, o referido consentimento. -----

Tendo sido colocada à votação o pedido de Manutenção dos Protocolos de delegação de competências com as Juntas de Freguesia celebrados no anterior mandato autárquico até à aprovação dos contratos interadministrativos e dos acordos de execução previstos, esta foi aprovada por maioria com 3 abstenções dos Senhores Deputados Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes e Anabela Queiroz do PPD/PSD e 16 votos a favor, dos Senhores Deputados Paula Duarte e David Valente da CDU, Manuel de Oliveira do CDS e Rui Monteiro Picciochi, João Alves Gralha, Paulo Constantino, José Chambel, José Pereira de Sousa, César Barros Cardigos, Inocêncio Cruz, Manuel Cardoso, Vitorino Monteiro, Benjamim Reis, João Fernando Machado, Miguel Homem e Manuel Honório do PS. -----

-----Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

-----Ponto cinco – Prorrogação de prazo – Procedimento Concursal Comum, OE 2013. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Foi concedida a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o seguinte ponto: -----

“Diz respeito aos concursos para ocupação de onze postos de trabalho colocados a esta assembleia a vinte e dois de Fevereiro de dois mil e treze, e tinha a ver com abertura de procedimentos. Os concursos decorreram, mas a lei fixa um prazo máximo até à publicação da lista de classificação final de seis meses. Acontece que esse prazo foi excedido e é pedido à Assembleia Municipal autorização de prorrogação, uma vez que as listas estão publicadas e estão notificados os respetivos concorrentes para depois prover o seu lugar no respetivo quadro.” -----

Para intervir neste ponto inscreveu-se os Senhor Deputado Nuno Gomes. -----

“Eu não estava cá em Fevereiro, mas olhando para as datas, há aqui algumas coisas que me saltam à vista. Pelo que eu ouvi dizer este assunto em Fevereiro já era urgente, estamos em Dezembro. Qual a razão da sua demora? Questiono também, se alguma delas já entraram para o quadro e quais são as tarefas que estas pessoas vão desempenhar.” -----

O Senhor Deputado Nuno Gomes teve como resposta do Senhor Presidente da Câmara o seguinte: -----

“Os concursos estão terminados, têm a ver nomeadamente com os concursos de assistentes operacionais. Houve muitos candidatos, cerca de duzentos candidatos. Abriu-se o concurso, pelo meio houve reclamações e sendo assim o concurso só foi findo em Outubro, foram notificados os respetivos candidatos, há todo um formalismo que os concursos da Administração Pública obrigam. -----

- Neste momento os concursos estão terminados, os candidatos já têm a lista classificação final, só estou à espera da aprovação por parte desta assembleia para prover os lugares.” -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= **Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes** – “São onze lugares?” -----

= **Resposta do Senhor Presidente da Câmara** – “São oito funcionários, com horário a tempo parcial, para suprir o horário das oito às vinte e duas horas, uma assistente social, um condutor de máquinas e um pedreiro.” -----

Tendo sido colocada à votação o pedido de Prorrogação de prazo – Procedimento Concursal Comum, OE 2013, este foi aprovado por maioria com 2 votos contra dos Senhores Deputados Paula Duarte e David Valente da CDU e 17 votos a favor dos Senhores Deputados Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes e Anabela Queiroz do PPD/PSD, Manuel de Oliveira do CDS e Rui Monteiro Picciochi, João Alves Gralha, Paulo Constantino, José Chambel, José Pereira de Sousa, César Barros Cardigos, Inocêncio Cruz, Manuel Cardoso, Vitorino Monteiro, Benjamim Reis, João Fernando Machado, Miguel Homem e Manuel Honório do PS. -----

-----**Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos.** -----

-----**Ponto Seis – Designação do fiscal único para o CDN.** -----

Foi concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o ponto seis: -----

“ Na sequência da publicação da Lei número cinquenta, barra mil e doze, de trinta e um de Agosto, em que compete à Assembleia Municipal nomear o fiscal único, posteriormente irá à Assembleia Geral do Centro de Negócios, sobre proposta da Câmara Municipal. Esta entende que por uma questão de consolidação de contas, deve ser contratado o mesmo revisor oficial de contas, que fiscaliza as contas da Câmara Municipal. O valor não vem aqui e na altura foi colocada a questão, são mil euros por ano.” -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Para intervir neste ponto inscreveram-se os Senhores Deputados Eduardo de Oliveira e David Valente. -----

Senhor Deputado Eduardo de Oliveira – “Sobre este ponto todos os que já cá estavam sabem qual é a minha posição em relação à empresa municipal, pois entendo que a mesma não tem qualquer justificação e é apenas um sorvedor dos dinheiros do Município, pelo que esta é uma das despesas em que se não houvesse empresa municipal, não fazia mal. Portanto, ninguém se pode admirar de eu votar contra esta proposta, porque entendo que não se justifica a existência da empresa municipal dado a qualidade e quantidade de funcionários que poderiam tomar conta das atividades da referida empresa.” -----

Senhor Deputado David Valente – “Segundo sei, a própria empresa já em assembleias anteriores, gerou sempre algumas dúvidas do serviço prestado e gostaria de saber, apesar de ser legal, se não será um pouco um conflito de interesses, ser a mesma empresa a gerir o Centro de Negócios e a Câmara Municipal.” -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecer os Senhores Deputados: -----

“Em relação ao Senhor Deputado Oliveira não me pronuncio, é a sua posição e respeito. Respondendo à questão do David informo que estamos vinculados ao princípio da legalidade. A Câmara Municipal e a Assembleia Municipal não praticam atos ilegais. A Lei permite que se faça a consolidação de contas, estamos perante uma entidade que é completamente imparcial.” -----

Colocada à votação do plenário a designação de Fiscal Único para o CDN, este foi aprovado por maioria com 5 votos contra dos Senhores Deputados Paula Duarte e David Valente da CDU e Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes e Anabela Queiroz do PPD/PSD, 1 abstenção do Senhor Deputado Manuel de Oliveira do CDS e 13

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

votos a favor dos Senhores Deputados Rui Monteiro Picciochi, João Alves Gralha, Paulo Constantino, José Chambel, José Pereira de Sousa, César Barros Cardigos, Inocêncio Cruz, Manuel Cardoso, Vitorino Monteiro, Benjamim Reis, João Fernando Machado, Miguel Homem e Manuel Honório do PS. -----

Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

O Senhor Deputado Nuno Gomes entregou à mesa da Assembleia uma declaração de voto relativamente a este ponto da ata. (Vide anexo 4) -----

---- No uso da palavra o Senhor Presidente da Assembleia, informou o plenário de um mail do CEFA rececionado no Município sobre o Procedimento Concursal de Chefes de Divisão e do procedimento adotado para elaboração do mesmo. Será um concurso com prova escrita, elaborada pelo CEFA em que os jurados do concurso irão ser selecionados pelo CEFA. -----

----Ponto Sete – Declaração de Interesse Público Municipal da Empreitada de Construção do Sistema Intercetor, Águas Residuais e ETAR da Praia do Ribatejo. -----

A pedido do Senhor Presidente da Mesa, tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara que esclareceu que a instalação do sistema intercetor de águas residuais e ETAR da Praia do Ribatejo, tema que já veio à Assembleia. A empresa Águas do Centro está a solicitar uma declaração de cedência do terreno que temos na Praia do Ribatejo, com o objetivo da construção da ETAR. De igual modo, também uma declaração de interesse público para a globalidade da obra, uma vez que para efeitos de contrato de empreitada, pois interessa e estamos perante um bem que vai servir os Municípes da Praia do Ribatejo.” -----

Para intervir neste ponto inscreveu-se o Senhor Deputado Eduardo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Oliveira. -----

“Eu não posso deixar de manifestar alguma preocupação em relação a isto. Gostaria de saber, porque não vem na documentação, qual a justificação da declaração do interesse público. Julgo que era obrigatório constar nesta documentação. Questiono qual o interesse desta declaração neste caso. Uma outra situação, que não está mencionado na documentação é qual a área de cedência, são os dez mil trezentos e noventa e um metros quadrados que vem indicado na caderneta predial urbana ou é só uma parte. Eu li, toda a documentação e julgo não encontrar estas informações que são necessárias de saber e tomar uma deliberação deste assunto com perfeito conhecimento do mesmo. Eu não tenho a mínima dúvida que este é um assunto muito importante para o concelho de Vila Nova da Barquinha.” -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para dar satisfação às questões colocadas pelos Senhores Deputados: -----

“É um terreno per si, são dez mil trezentos e noventa e um metros quadrados que estamos a falar, ou seja, é o que consta na respetiva caderneta predial e na escritura, que foi anexa. Quanto à questão de interesse público tem a ver com a empreitada e com algumas isenções de IVA, que perante a declaração de interesse público, a Empresa Águas do Centro pode ter benefícios fiscais. Trata-se de uma questão de sensibilidade, pois o interesse público está em jogo e é um bem fundamental para a Praia do Ribatejo.” -----

Dada novamente a palavra ao Senhor Deputado Eduardo de Oliveira que referiu o seguinte: -----

“Ouvi as declarações do Senhor Presidente, mas de qualquer maneira gostaria de saber se o único benefício para as Águas do Centro é esse, e se a Câmara não irá perder aqui algumas vantagens e ser prejudicada.”

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu o Senhor Deputado do seguinte: “Trata-se do contrato de concessão e neste momento é completamente impossível à Câmara Municipal, face aos baixos recursos, fazer uma empreitada.” -----

Tendo sido colocada à votação a Declaração de Interesse Público Municipal da Empreitada de Construção do Sistema Intercetor, Águas Residuais e Etar da Praia do Ribatejo, esta foi aprovada por maioria com 3 abstenções dos Senhores Deputados Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes e Anabela Queiroz do PPD/PSD e 16 votos a favor dos Senhores Deputados Paula Duarte e David Valente da CDU, do Senhor Deputado Manuel de Oliveira do CDS e dos Senhores Deputados Rui Monteiro Picciochi, João Alves Gralha, Paulo Constantino, José Chambel, José Pereira de Sousa, César Barros Cardigos, Inocêncio Cruz, Manuel Cardoso, Vitorino Monteiro, Benjamim Reis, João Fernando Machado, Miguel Homem e Manuel Honório do PS. -----

Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

O Senhor Presidente da Mesa anunciou um intervalo de 10 minutos. -----

----- Retomados os trabalhos seguiu-se o Ponto Oito – Discussão e Aprovação dos Documentos Previsionais de Gestão para 2014 – Orçamento, Grandes Opções do Plano. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para apresentar o ponto oito: -----

“É importante que se diga antes de mais, que vivemos tempos complicados e essencialmente para as autarquias locais face às próprias leis que vão saindo. Estou a falar nos limites de endividamento bem como na obrigatoriedade de previsão de fundos disponíveis para a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

resolução de compromissos o que nos leva a ter alguma cautela em termos orçamentais. Por isso face ao ano anterior onde o orçamento era de onze milhões duzentos e sessenta e nove mil, cento e quinze euros, este ano há uma quebra de duzentos e trinta e seis mil oitocentos e oitenta euros, ou seja, temos um orçamento que de previsão aponta para os onze milhões, zero quarenta e dois, duzentos e trinta e cinco. Dizer que é possível nesta altura pagar a fornecedores extremamente em cima da hora, é uma realidade que tem a ver com o retorno que veio dos fundos comunitários. Face a um dado novo, o aumento de despesas com pessoal, uma vez que dos vinte por cento que estava o Município obrigado a descontar para a Caixa Geral de Aposentações, com as novas Leis vamos passar a descontar sobre vinte e três setenta e cinco o que cria um acréscimo. Por esta razão, preparamos os nossos investimentos essencialmente vocacionados para grandes projetos que já vinham do antecedente, nomeadamente: a construção do pavilhão desportivo, a intervenção nas muralhas, torre de menagem e musealização, o projeto arquitetura paisagística do Castelo de Almourol. Relativamente aos percursos ribeirinhos, neste momento não temos ainda assegurado o financiamento, mas existe uma possibilidade devido a uma informação que me foi dada na última reunião que compareci na CCDR Centro, e apurar que há no QEC-14/20 (Quadro Estratégico Comum 2014-2020) uma janela de oportunidade para este projecto, daí dar conhecimento da revisão do mesmo, ou seja pequenos acertos que se tem de fazer, nomeadamente em termos de domínio privado. Existe também uma parte significativa em termos orçamentais para o projecto do Médio Tejo On Line que tem a ver com os serviços de faturação eletrónica, reengenharia de processos, plataforma de educação, aplicação de negócios, central de compras, comunicações, aquisição de software e hardware e a gestão documental dos serviços. Também há algum

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

investimento na área da eficiência energética, nomeadamente com a energia reativa, em dois equipamentos, um num equipamento público, o Aquagym, e na iluminação pública de Vila Nova da Barquinha. São estes os grandes investimentos, são estes que se refletem em sede de investimento. Por último, o PAM, demonstra a reorganização dos serviços, onde é apresentado aos Senhores Deputados toda uma discriminação objetiva sobre os vários projetos e as várias despesas. Houve uma preocupação de fazer uma nova introdução e obediência ao POCAL que diz que devem ser temporais e funcionais, houve uma preocupação objetiva de os discriminar um a um, para saber do que se está a falar, para onde vai a despesa de cada área funcional.” -----

Para intervir neste ponto inscreveram-se os Senhores Deputados Paula Duarte, Eduardo de Oliveira, David Valente, Nuno Gomes. -----

Intervenção da Senhora Deputada Paula Duarte – “Não é a crise que por si só, obriga o Município de Vila Nova da Barquinha à contenção da despesa, mas as políticas de garrote da Administração Central sobre os municípios, que poderão levar à destruição dos mesmos, ao tornar as suas situações financeiras, pouco a pouco, completamente inviáveis. --- Há diversos pontos neste orçamento, que justificam a nossa posição na votação: em primeiro lugar, a falta de informação que a Ficha de Município da DGAL transmite, não nos permite ter uma informação clara e de forma resumida da situação financeira do Município. Logo, parece-nos que aprovar um empréstimo de duzentos e cinquenta mil Euros, para fundo de maneiço, como é solicitado na página quarenta e três, é de facto um risco. Tal como em qualquer outra casa, contrair um empréstimo para “dificuldades pontuais de tesouraria”, é sinónimo de falta de outros meios para obter liquidez para despesas; em segundo lugar, a contenção de Despesa Corrente (página quarenta e nove P.P.I.), nas áreas da Educação, Desporto e Cultura, que são pilares fulcrais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para a qualidade de vida dos munícipes, que vão ser amplamente afetadas (página trinta e seis). Compreendemos que este é um orçamento realista. Compreendemos mas não podemos concordar com ele, ou iríamos compactuar com estas políticas de corte. E por falar em políticas de corte, é importante entender que, se continuarmos a ser sufocados pelo Governos Central, há despesas que este Município faz, que estão para além das suas possibilidades! O Estado não pode imiscuir-se das suas responsabilidades fulcrais e não podem ser os Municípios a suportar despesas asfixiantes, como é o caso explícito da Educação, onde as despesas ascendem um milhão, duzentos e cinquenta e sete mil, cento e cinco mil euros! Se o Município, na sua boa-fé, aceitou estes compromissos, está na hora de voltar a imputar a responsabilidade a quem de direito, o Estado, seguindo o exemplo de outros concelhos que já iniciaram este processo. A contratação de pessoal afeto à Educação, ou outras áreas, nomeadamente a Saúde, é da responsabilidade do Estado, ou, corremos o risco de estes gastos absorverem cada vez maiores porções, de um Orçamento cada vez mais reduzido. Se o Estado Central não oferece condições aos Municípios para estes levarem a cargo os compromissos que assumiram, por via da delegação de competências que vieram do próprio Estado, que qual Pilatos lavou as mãos, está na hora de o Município voltar a reencaminhar “o que é seu a seu dono”, permitindo uma maior liquidez que permitirá em última instância, continuar a apoiar a Educação, a Saúde, o Desporto, a Cultura e outras áreas, mas por vias secundárias, e não com o papel de financiador único e principal. Outros aspetos relevantes destes documentos, são as omissões de pontos fundamentais para nós, alguns do nosso programa, como: a não apresentação de um programa de implementação de redes de transportes, algo fundamental para a vida e a economia do Concelho e fundamental sobretudo para os

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

habitantes mais idosos (era essencial que constasse nas G.O.P.); a não estruturação de um plano base de incentivos à fixação das empresas e habitantes no Concelho; o facto da Proteção Civil e a Luta Contra Incêndios ter a sua rubrica aberta com valor um simbólico, revela falta de capacidade própria para financiar esta área importantíssima num Concelho como o nosso; e, outro ponto ainda a sublinhar, é a diferença nas despesas com o abastecimento de água, de quinhentos mil euros para trezentos e vinte e um e novecentos mil euros, que necessita de justificação. É pela redução de consumo? Como é possível se o Concelho está a pagar agora mais pelo preço de água? Em suma, todos estes pontos fundamentais para nós, são fatores mais do que suficientes para tomarmos esta posição em plena consciência.” -----

= Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira – “Eu li e reli este documento e da sua leitura ficaram muitas dúvidas que eu permito apresentar algumas delas. No meio deste documento, vem aqui uma folha com o pessoal e indica que o número de postos atualmente é de cento e sessenta e seis trabalhadores, e prevê a admissão de mais um técnico superior e mais um assistente operacional. Será assim? Ou ainda a este número vamos ter de somar os onze que à pouco falamos? Outras situações, isto leva-me a pensar se vamos ter uma reorganização de serviços tendo até em atenção aquilo que há pouco foi falado em passar a ter dois chefes de divisão. -----

Na página dezassete «obrigada anualmente a rever a tabela das taxas», claro que isto não obriga ao aumento das taxas, ou obriga? Qual a decisão da Câmara? -----

Na rubrica de receitas prevê-se cento e seis mil euros em outras receitas correntes, é um valor significativo, que receitas são estas? E na rubrica de despesas também prevê outras despesas correntes, duzentos e vinte e cinco mil zero cinquenta e cinco euros. Também é um valor muito

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mais significativo, é quatro vezes o valor das receitas. Que despesas são estas? -----

Nos protocolos com outras entidades, indica quatrocentos e cinquenta e seis mil euros, é um valor muito, muito significativo. -----

Na rotunda ao Km 84,250, são sessenta mil euros numa rotunda não sei se será um gasto normal hoje em dia, para uma rotunda. -----

Na obra de requalificação do caminho rural de Tancos, é a estrada Tancos – Roda ou é outra? -----

Aquisição de estruturas positivas para o ar livre, noventa mil mais cento e trinta mil, são duzentos e vinte mil euros, também me parece que é uma verba significativa. -----

Para as AEC'S quarenta mil euros, coisa que no mandato anterior estas iriam passar a estar pendentes das escolas e que seriam os professores da própria escola que iriam dar as AEC'S, vai haver um concurso? -----

No caso do abastecimento da água a redução de quinhentos mil para trezentos mil, mete-me alguma confusão porque fui ver a informação e este ano já gastamos quase quinhentos mil euros, como é que no próximo ano só gastamos trezentos mil euros? -----

Também não encontro aqui nada sobre o cartão do idoso, qual é a verba prevista em gastos com o mesmo e também gostaria que a Câmara me enviasse uma listagem com as vantagens mesmo momento do referido cartão. -----

Para a Loja Social estão previstos apenas cinco mil euros. -----

Outras situações que me parecem interessantes é o aumento de cinquenta por cento na iluminação pública, duzentos mil euros e se formos ver a informação do Senhor Presidente relativa ao atual ano, gastamos à volta disso, porque este aumento para trezentos mil é porquê?" -----

O Senhor Deputado David Valente prescindiu do tempo da sua

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

intervenção. -----

Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes – “Em relação ao orçamento, na página vinte, vem mencionado sete lotes como receita, isto fazendo as contas, mais ou menos por cima, dá duzentos mil euros cada lote, está a parecer-me que é um valor muito alto para os lotes. Realmente os lotes serão assim tão grandes e terão este valor? Eu presumo que estes lotes são do Centro de Negócios. ----- Não vejo nada no orçamento relativamente aos lotes que a Câmara têm junto ao Centro Escolar e junto às Piscinas. Não sei o que está previsto para os mesmos.” -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecer os Senhores Deputados: -----

Despesa Corrente – No que toca à despesa corrente é verdade, é público, é notório, temos que poupar e por isso tem de haver contenção na despesa corrente, não há volta a dar. As leis obrigam-nos sobre pena da responsabilidade civil por parte dos autarcas, que estão aqui presentes. -----

Educação - Quanto à questão da educação, o Município de Vila Nova da Barquinha tem apostado e tem gasto valores substanciais orçamentais em sede de educação. Na contratação de pessoal para a educação, pagam todos, seja orçamento do estado, seja municipal, o orçamento é de todos, por isso, achamos por bem, aceitar a delegação de competências com o contrato de execução com o Ministério de Educação, penso que até agora tem sido um bom contrato, tem sido possível satisfazer e gerir com alguma contenção, porque a questão de proximidade também é fundamental. Daí na minha opinião estarmos bem. Quanto às omissões do programa, acredito no vosso programa mas foi o nosso que venceu. -----

Rede de transportes - Relativamente à rede de transportes estamos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

neste momento juntamente com a Comunidade Intermunicipal, em atividades no âmbito de um projeto piloto, que vamos ensaiar na Praia do Ribatejo.-----

Proteção Civil - Em relação à proteção civil, temos os bombeiros e tivemos de cortar em algumas rubricas. -----

Despesa água - Quanto à despesa da água tem a ver essencialmente com pagamento de dívidas em atraso, que passam de um ano para o outro, daí esta diferença. -----

Lotes CDN – esclarecendo o Senhor Deputado Nuno, estamos a falar de lotes do Centro de Negócios, neste momento temos duas empresas, a Turquelense que abriu falência, a posição contratual foi cedida para o BES, que neste momento já dispõem do respetivo pavilhão, onde há já empresas interessadas na sua aquisição, tal como a Gonfersol, onde tive o prazer de estar e vi que é um projeto interessante, é uma empresa de diluentes aquosos, de exportação para África, com aumentos de exportação significativos. -----

Lotes - quanto aos lotes junto ao Centro Escolar, é verdade que os vamos colocar à venda em hasta pública, pois já há pessoas interessadas em dois lotes. Quanto aos lotes das piscinas se alguém manifestar interesse, cá estaremos para esclarecer eventuais dúvidas. --

Pessoal – sobre os cento e seis trabalhadores, é importante mencionar que estamos a falar de previsão, o técnico superior é uma pessoa que está em comissão de serviço, a chefe de divisão Fátima Capela e não sabemos qual vai ser a situação em termos Concursais, se vai ser admitida ou não, daí ter que constar no mapa de pessoal. O assistente operacional é uma salvaguarda, poderá ou não ser necessário. -----

Tabela de taxas - em relação à revisão da tabela de taxas, nada obriga a Câmara Municipal a revê-la. O artigo dezassete do regulamento de taxas e licenças prevê que a Câmara Municipal possa com base nos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

índices do INE, actualizar as respectivas taxas. -----

Receitas – tivemos um aumento significativo que diz respeito ao dinheiro que entra do IEFP, para esta rubrica. -----

Protocolos com outras entidades – diz respeito ao acerto de contas,

Rotunda – os sessenta mil euros são para o pagamento do projecto e a implementação na rotunda, que é enorme. -----

Estrada de Tancos – refiro-me à estrada de Tanquinhos. -----

AEC'S – estas actividades extra curriculares são responsabilidade da escola D. Maria II, excepcionalmente e não havendo docentes com horário zero ou com componente letiva de horário completo podem solicitar à Autarquia apoio. Em relação à música, por exemplo, existe uma aula de música por semana e cinco aulas de ginástica por semana, com a falta de professores por baixa médica, a escola teve que solicitar apoio à Câmara e à última da hora tivemos que entregar o acordo de cooperação e conseguimos contratar a professora de música que vinha do antecedente, nomeadamente do protocolo que existe com Associação Humanitária dos Bombeiros de Vila Nova da Barquinha - Banda de Música, de uma aula por semana e servimo-nos dos nossos técnicos de educação física para dar estas cinco horas por semana. Não há concurso, as AEC'S estão entregue à escola, não havendo professores docentes, a Câmara substituí se quiser. -----

Cartão do Idoso – Estão duzentas e quarenta e uma pessoas inscritas, as vantagens são: isenção de cinco metros cúbicos de água e também têm desconto nas piscinas. -----

Loja Social – A Câmara gostava de poder dar mais do que os cinco mil mas não vai ser possível. -----

Iluminação Pública – sendo um bem de primeira necessidade que com o aumento da taxa de IVA para vinte e três por cento, traduz um aumento significativo no aumento de luz, e daí a nossa preocupação em

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

termos de energia. A Câmara vai colocar lâmpadas de led's, no âmbito do projeto Médio Tejo 21, desde a rotunda dos Bombeiros até à Atalaia, a fim de fazermos o ensaio em termos de visibilidade e no sentido de diminuir a despesa com a iluminação pública. Informo também que temos a taxa de audiovisual, que não vinha antes, onde a Câmara é também taxada.” -----

Dada novamente a palavra aos Senhores Deputados expuseram o seguinte: -----

Senhor Deputado Eduardo de Oliveira – “Sobre o cartão do idoso gostaria de saber, se a pessoa gastar sete metros cúbicos de água, só paga dois? E as taxas?” -----

Em relação à água não consegui perceber na medida em que se está na outra informação de outras despesas como é que baixa de quinhentos mil euros para trezentos mil euros nesta situação, bem como, não entendo como é que na luz, na iluminação pública, que no corrente ano a dotação era de duzentos mil e foram gastos cento e noventa e nove, novecentos e cinquenta e não há compromissos por pagar, como é que passa de quinhentos para trezentos e no corrente ano já pagamos vinte e três por cento de IVA.” -----

Relativamente ao que está na página nove, redução de encargos nas prestações de serviço, eu gostava de saber qual é a redução e em que serviços.” -----

O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para prestar os seguintes esclarecimentos - “Em relação ao **Cartão do Idoso**, sim só paga dois e as taxas referentes aos dois metros cúbicos. -----

Iluminação pública – como o Senhor Deputado sabe, diversas Câmaras de todo o país estão a reduzir na iluminação, estamos perante previsões. O que está aqui em causa é o aumento do iva de seis por cento para vinte e três por cento, que é muito significativo. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Redução de encargos - isto tem a ver com a questão dos dez por cento dos contratos de prestação de serviço que existe e da possibilidade de cessação objectiva de algumas prestações de serviços que queremos fazer, pois estamos em contenção e irá acontecer durante o corrente ano.”-----

Voltou ao uso da palavra o Senhor Deputado Nuno Gomes - “Em relação ao valor de um milhão, quatrocentos e sessenta mil euros, questiono se essas empresas que o Senhor Presidente falou se mostram receptivas para esses valores e se há algum compromisso em termos de valores. -----

Em relação aos quarenta mil euros das AEC’S, questiono se essa previsão é para as cinco horas por semana. -----

Queria colocar uma última questão, e isto é ignorância minha, mas queria esclarecer só uma coisa relativamente ao funcionamento da parceria ou do protocolo que a Câmara tem com o Centro Escolar da Escola D. Maria II, quando há um professor que tem de ser substituído e esse professor é pago pelo Ministério de Educação, o professor substituto tem que ser a câmara a pagar ou pode ser o Ministério da Educação a pagar.” -----

Usando o direito de resposta o Senhor Presidente da Câmara disse o seguinte: “ há uma nova realidade, os Senhores Deputados porventura já ouviram falar. O Plano Operacional do Centro, neste momento está direccionado para a competitividade e para as empresas. Estamos a falar de oitocentos e cinquenta milhões de euros do Quadro Estratégico Comum 2014-2020 que vem para as empresas. Sabendo que no quadro anterior foram candidatados duzentos milhões e se na realidade só vão prever cem milhões de euros, objetivamente tudo passa pela criação e desenvolvimento da economia, daí haver alguma movimentação, felizmente, para este tipo de investimento. Estou a falar

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

na competitividade nas empresas e daí haver alguma procura e havendo empresas a mudar para Vila Nova da Barquinha no sentido de criarem oportunidades de se candidatarem a fundos comunitários, ou seja, nada acontece por acaso, porque tendo a sede em determinado tipo de local, no NUT como estamos inseridos, têm acesso a certos fundos comunitários. -----

AEC'S – Estamos a falar de uma previsão e que pode ser alterada com circunstâncias supervenientes e temos de ter algum cabimento, se não é complicado. Eu não sei se neste momento estamos a dar uma aula de música e cinco aulas de ginástica, se no segundo período vamos ter que contratar algum professor de outro tipo. É a teoria das cautelas que está aqui em jogo, e estamos a falar de documentos previsionais. -----

Em relação à **contratação de professores para as AEC'S**, a Câmara só se vincula naquilo que está no protocolo, ou seja, a substituição do professor é da responsabilidade da Administração Central, Ministério da Educação. Todas as situações supervenientes ou excecionais, ou seja, que vão para além de situações pontuais, essas é que o Agrupamento poderá contatar a Câmara e a Câmara se o entender satisfaz essa necessidade.” -----

Não havendo mais pedidos de esclarecimentos, O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, submeteu os Documentos Previsionais de Gestão para 2014 – Orçamento, Grandes Opções do Plano, à votação do plenário, tendo sido aprovado por maioria com 4 abstenções dos Senhores Deputados Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes e Anabela Queiroz do PPD/PSD e do Senhor Manuel de Oliveira do CDS, 2 votos contra dos Senhores Deputados Paula Duarte e David Valente da CDU e 13 votos a favor dos Senhores Deputados Rui Monteiro Picciochi, João Alves Gralha, Paulo Constantino, José Chambel, José Pereira de Sousa, César Barros

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cardigos, Inocêncio Cruz, Manuel Cardoso, Vitorino Monteiro, Benjamim Reis, João Fernando Machado, Miguel Homem e Manuel Honório do PS. -----

Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

A bancada do PPD/PSD entregou à mesa da Assembleia uma declaração de voto relativamente a este ponto da ata. (Vide anexo 5) -----

Ponto Nove – Eleições para diversas entidades. -----

Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa que fez uma apresentação sumaria ao plenário das propostas apresentadas pela Mesa da Assembleia Municipal, informou ainda dos procedimentos a adoptar na votação. Apresentado o ponto e nada ocorrendo, de imediato começaram as votações.-----

Representante das Juntas de Freguesia e seu substituto na Assembleia Distrital nos termos da alínea b), do art.º 2º, do decreto-lei 5/91 de 8 de Janeiro. -----

Aprovado, por voto secreto, por unanimidade, eleger o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova da Barquinha como efetivo e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Praia do Ribatejo como suplente. -----

Representante das Juntas de Freguesia e seu substituto no Conselho Cinegético nos termos da alínea e), do art.º.157º, do Decreto-lei 202/2004 de 18 de Agosto. -----

Aprovado, por voto secreto, por unanimidade, eleger o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Tancos como efetivo e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova da Barquinha como suplente. -----

Representante das Juntas de Freguesia e seu substituto na

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, nos termos da alínea b), do n.º 1, do art.º 3.º-D, do Decreto-lei 17/2009, de 14 de Janeiro. -----

Aprovado, por voto secreto, por unanimidade, eleger o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Praia do Ribatejo como efetivo e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Tancos como suplente. ----

Representante para a Comissão Concelhia de Saúde nos termos da alínea f), do n.º 1, do art.º 12.º, do Decreto-Lei 335/93, de 29 de Setembro. -----

Aprovado, por voto secreto, por maioria, com 5 abstenções e 14 votos a favor, eleger o Senhor Deputado João Manuel Alves Gralha. -----

Representante para o Conselho da Comunidade – ACES Médio Tejo, nos termos da alínea b), do n.º 1, do art.º 31.º, do Decreto-Lei 28/2008, de 22 de Fevereiro. -----

Aprovado, por voto secreto, por maioria, com 3 abstenções e 16 votos a favor, eleger o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Rui Monteiro Picciochi.-----

Representante das Juntas de Freguesia e seu substituto para o Conselho Municipal de Segurança, nos termos da alínea d), do n.º 1, do art.º 5.º, da Lei 33/98, de 18 de Julho. -----

Aprovado, por voto secreto por unanimidade, eleger os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia do concelho. -----

3 Cidadãos para integrarem o Conselho Municipal de Segurança, nos termos da alínea j), do n.º 1, do art.º 5.º, da Lei 33/98 de 18 de Julho. -----

Aprovado, por voto secreto, por maioria com 2 abstenções e 16 votos a favor eleger os seguintes cidadãos: Júlio Sousa Gomes, Alberto Manuel da Silva Pinhão e Manuel de Oliveira. -----

Não participou nesta votação o Senhor Deputado Nuno Gomes por

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

impedimento. -----

Representante para a Comissão Mista de Acompanhamento do PDM, nos termos da alínea c), do nº1, do art.º 7º, da portaria 1474/07, de 16 de Novembro. -----

Aprovado, por voto secreto, por maioria com 2 votos contra e 17 votos a favor, eleger o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Rui Monteiro Picciochi. -----

4 representantes para a CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, nos termos da alínea l), do art.º 17º, da Lei 147/99, de 1 de Setembro. -----

Aprovado, por voto secreto, por maioria, com 2 votos contra e 17 votos a favor, eleger os seguintes cidadãos: David Valente, António Vitoria Mação, Anabela Queiroz e Manuel João Silva. -----

Comissão Permanente, nos termos da alínea c), do nº1, do art.º 26º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro. -----

Foram nomeados os seguintes Deputados Municipais: Paula Duarte da CDU, Nuno Gomes do PPD/PSD e José Maria Chambel Esteves do PS.--

Comissão de revisão do Regimento da Assembleia Municipal. -----

Por unanimidade dos deputados o Regimento em vigor, manter-se-á ----

-Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

Terminada a Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia inquiriu o público sobre possíveis intervenções, nada sobrevindo deu por encerrada esta sessão ordinária desejando a todos os presentes um Bom Natal e Feliz Ano Novo e para constar se lavrou a presente ata que depois de aprovada, vai ser assinada pelos senhores Presidente da Assembleia Municipal e Secretários: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal

(Rui Monteiro Picciochi)

O Senhor 1º Secretário da Mesa da Assembleia

(João Manuel Alves Gralha)

O Senhor Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal

(Inocência Rodrigues Cruz)

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1	Lista de Expediente
Anexo 2	Declaração Política da CDU cujo tema “Se a hipocrisia pagasse imposto”
Anexo 3	Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara
Anexo 4	Declaração de voto do Senhor Deputado Nuno Gomes acerca do fiscal único do Centro de Negócios
Anexo 5	Declaração de voto do PPD/PSD acerca dos Documentos Previsionais de Gestão 2014